

Zoneamento Ecológico Econômico - Acre

Desde o final dos anos oitenta, o ZEE tem sido destacado entre as políticas públicas como um instrumento estratégico para o desenvolvimento regional sustentável e, como meio para enfrentar ocupação desordenada na fronteira amazônica.

O ZEE do Acre pode ser definido como um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza, que servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável.

Durante oito anos, sua realização no Acre foi um dos grandes desafios do Governo da Floresta, que buscou uma mudança radical nos modelos de desenvolvimento regional e no estilo de gestão de políticas públicas no Estado.

Na busca de alternativas para o Desenvolvimento Sustentável no Acre, o ZEE tem um papel fundamental como instrumento que define as potencialidades e vulnerabilidades do território, a partir de uma sólida base de conhecimentos sobre as características sociais, culturais, econômicas e ambientais do Estado”.

Através do decreto nº 503 de 06 de abril de 1999, o governador Jorge Viana instituiu o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, diretamente vinculado ao Gabinete do Governador, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável e tendo como secretaria executiva, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema). O Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), foram definidos como órgãos executores.

O ZEE na primeira fase

Na primeira fase, iniciada em abril de 1999, o ZEE realizou os trabalhos de diagnóstico em todo o Estado do Acre, com produtos cartográficos básicos na escala de 1 para 1 milhão. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando os diversos estudos já realizados no Estado.

O ZEE teve importante papel na tomada de decisões da política ambiental do Estado, a partir de suas atividades. Ele subsidiou a elaboração de programas e projetos estratégicos: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre, financiado pelo BNDES, Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI/SPRN, financiado pela Cooperação Alemã /KfW; a descentralização de ações governamentais; a elaboração do Programa Estadual de Reforma Agrária (INCRA e Governo do Estado); a implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e resolução de conflitos sócio-ambientais. Os indicativos constantes no ZEE propiciou a regularização de algumas Terras Indígenas, a criação da Lei Estadual Florestal no. 1.426 de 27/12/2001, que institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP,

integrando o “Corredor Ecológico Oeste-Amazônico”; a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual do Chandless; a criação das Reservas Extrativistas Alto Tarauacá, Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade; a criação das Florestas Estaduais Mogno, Rio Gregório e Rio Liberdade; a criação da Lei Estadual nº 1.500/2003, que estabelece a política de Recursos Hídricos, entre outras políticas implementadas.

Foram disponibilizados os seguintes produtos: um documento técnico contendo 03 volumes (i) Recursos Naturais e Meio Ambiente, (ii) Aspectos Sócio-Econômicos e Ocupação Territorial, (iii) Indicativos para a Gestão Territorial do Acre; 48 mapas temáticos; um Resumo Educativo “Guia para uso a terra acreana com sabedoria”; um vídeo institucional do ZEE; um vídeo educativo “Mapas do Futuro”, um CD-rom do ZEE; e disponibilizadas todas as informações na internet no site www.seiam.ac.gov.br.

Difusão do ZEE

É importante ressaltar que o ZEE priorizou, além da elaboração de trabalhos técnicos, a difusão de seus resultados pelos diferentes grupos e atores sociais, implementando um trabalho educativo do ZEE a partir do “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria”, realizado pela Coordenação de Educação Ambiental do Imac, em parceria com a equipe pedagógica da Secretaria de Estado de Educação e equipe técnica contratada pelo WWF – Brasil.

A divulgação do guia foi realizada por meio, oficinas de difusão e de eventos ocorridos no Estado do Acre e em outros Estados. Após o lançamento em cada município acreano, o guia foi distribuído para a comunidade acreana através de oficinas com os coordenadores de escolas da zona rural e urbana, com orientação de como utilizar o guia, e distribuição em eventos e reuniões como a Agenda Positiva, Agenda 21, na elaboração de planos comunitários e planos de Gerenciamento de Recursos Naturais. Foram utilizados também no processo de divulgação outros meios de informação, entre eles, os vídeos institucionais e educativos do ZEE, abordando todas as suas etapas.

O ZEE na Segunda Fase

A partir das orientações estratégicas da segunda Fase do ZEE-Acre, foi definido como principal resultado do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico um Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala 1:250.000, construído a partir do cruzamento dos eixos Recursos Naturais, Sócioeconomia e Cultural-Político, que contaram com um conjunto de estudos de diagnóstico e prognóstico, tendo um caráter de atualização e complementação da primeira fase.

A participação da sociedade foi um aspecto fundamental a ser considerado no processo de tomada de decisões sobre o uso do território e, as estratégias participativas foram frutos do conhecimento acumulado desde o ano de 2000, quando o Governo do Estado do Acre elaborou o ZEE Fase I. Para tanto, foram realizadas reuniões técnicas institucionais para definição da metodologia e planejamento, discussão em todos os municípios do Estado com os grupos sociais e diferentes setores, seguidas de reuniões de avaliação da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (CEMACT), Conselho de

Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável (CDRFS) e Conselho Estadual Florestal (CEF), incorporando as sugestões e comentários e, construindo o consenso.

Um aspecto relevante da segunda fase do zoneamento é a sua abordagem geográfica, que considerou a nova definição da Linha Cunha Gomes na divisa com o Estado do Amazonas, já executado pelo IBGE, agregando 1.228.936 ha ao território acreano de grande relevância para o desenvolvimento local e regional, bem como a nova configuração dos limites municipais, definida pela Assembleia Legislativa em 2003.

O Mapa de Gestão Territorial tem como principais finalidades explicitar diretrizes de gestão de áreas já destinadas formalmente, a exemplo de assentamentos rurais, propriedades rurais, unidades de conservação, terras indígenas, e áreas urbanas, levando em conta suas características específicas; e fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre espaços territoriais ainda sem destinação específica, priorizando áreas em situação de maior risco em termos de conflitos sociais sobre o acesso aos recursos naturais e problemas de degradação ambiental.

A segunda fase do programa estadual de zoneamento ecológico-econômico deu prosseguimento, também, à estruturação de um Banco de Dados associado a um Sistema de Informações Geográficas (SIG), contando com informações sobre características sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do território. Dessa forma, o ZEE-Acre Fase II permitirá aos gestores o acesso a um conjunto de orientações e informações, sistematizadas e atualizadas sobre o Estado.

O terceiro eixo temático

O ZEE na Fase II inovou, ainda, com o terceiro eixo: o cultural-político, de forma a incorporar as expectativas e subjetividade dos diferentes grupos sociais. Os estudos temáticos abrangem desde a sócio-diversidade que compõe as identidades da cultura acreana, análise dos níveis de gestão e seus instrumentos utilizados pelos municípios, unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e propriedades, a organização política e institucional dos órgãos das esferas do governo federal, estadual e municipal, bem como das organizações sociais, até a incorporação das demandas sociais e sugestões para resolução de problemas que afligem nosso estado.

O mapa de Gestão

A elaboração do mapa de gestão territorial envolveu uma “estratificação” do território acreano em quatro grandes zonas, que apresentam as seguintes características gerais:

Zona 1 - Consolidação de sistemas de produção sustentáveis

São áreas de influência direta das rodovias BR-364 e BR-317, de ocupação mais antiga do Estado com atividades agropecuárias e madeireiras. Também estão associadas às novas frentes de expansão e conversão das áreas florestais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. São áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posses, médios e grandes pecuaristas e áreas florestais de grandes seringais. Parte das áreas desta zona está sem situação fundiária definida ou não está inserida no Cadastro georreferenciado do INCRA. As unidades territoriais desta zona incluem áreas de

Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APPs). Nesta zona se concentra a maior proporção de propriedades com passivo florestal.

Zona 2 - Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental

Áreas protegidas na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parque Nacional, Parque Estadual, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, etc), de Uso Sustentável (Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural, etc.) e Terras Indígenas. Os Projetos de Assentamento Diferenciados estão contemplados nesta zona, uma vez que sua população é extrativista e predomina o uso sustentável dos recursos naturais. Estes projetos consistem das seguintes categorias: Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

Zona 3 - Áreas prioritárias para o ordenamento territorial

Áreas demandadas por populações tradicionais e/ou recomendadas pelos estudos técnicos do ZEE-Acre para criação de novas unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento diferenciados. Inclui ainda as áreas já estabelecidas de produção ribeirinha ao longo dos rios do território acreano.

Zona 4 - Cidades florestais

Áreas municipais caracterizadas por espaços urbanos circundados por diferentes paisagens rurais com predominância de florestas. A estratificação das vinte e duas cidades acreanas em subzonas tem como critério sua inserção nas sub-bacias hidrográficas.

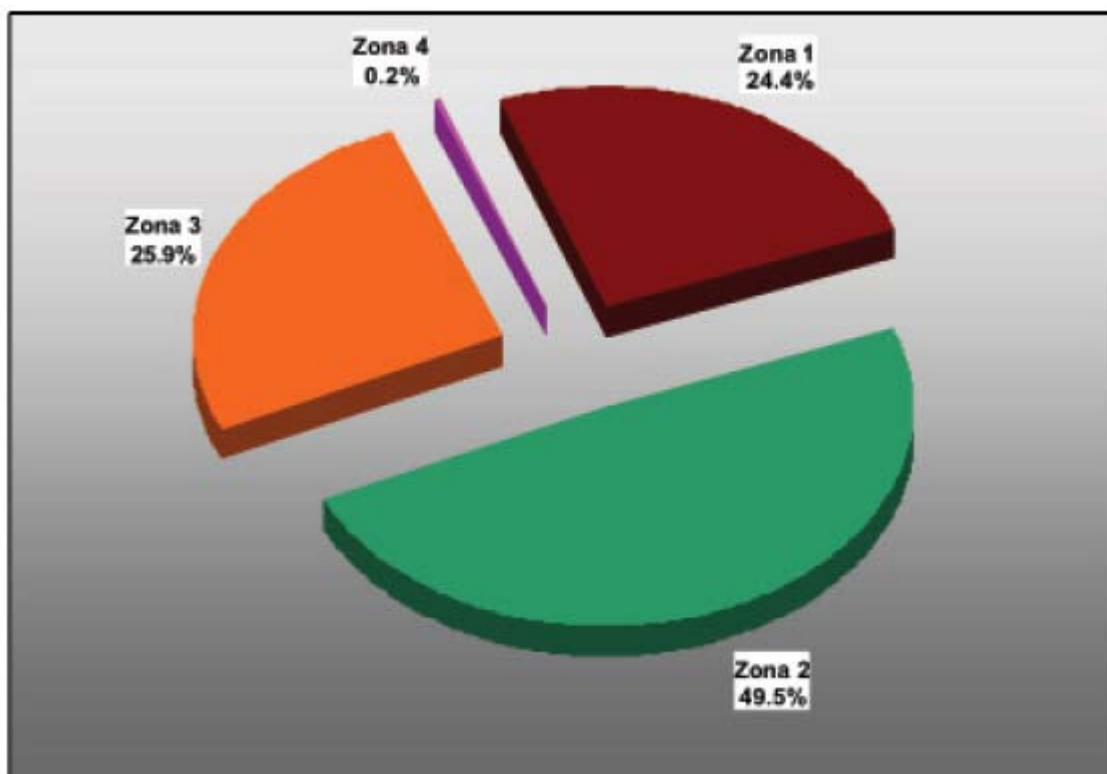


Figura 45. Distribuição das zonas no território acreano.

PRODUTOS

1. Documento Síntese

Documento no formato 21x29 cm, em papel reciclado, contendo a síntese dos eixos recursos naturais, sócio-economia, cultural-político e metodologia de construção do mapa de gestão.

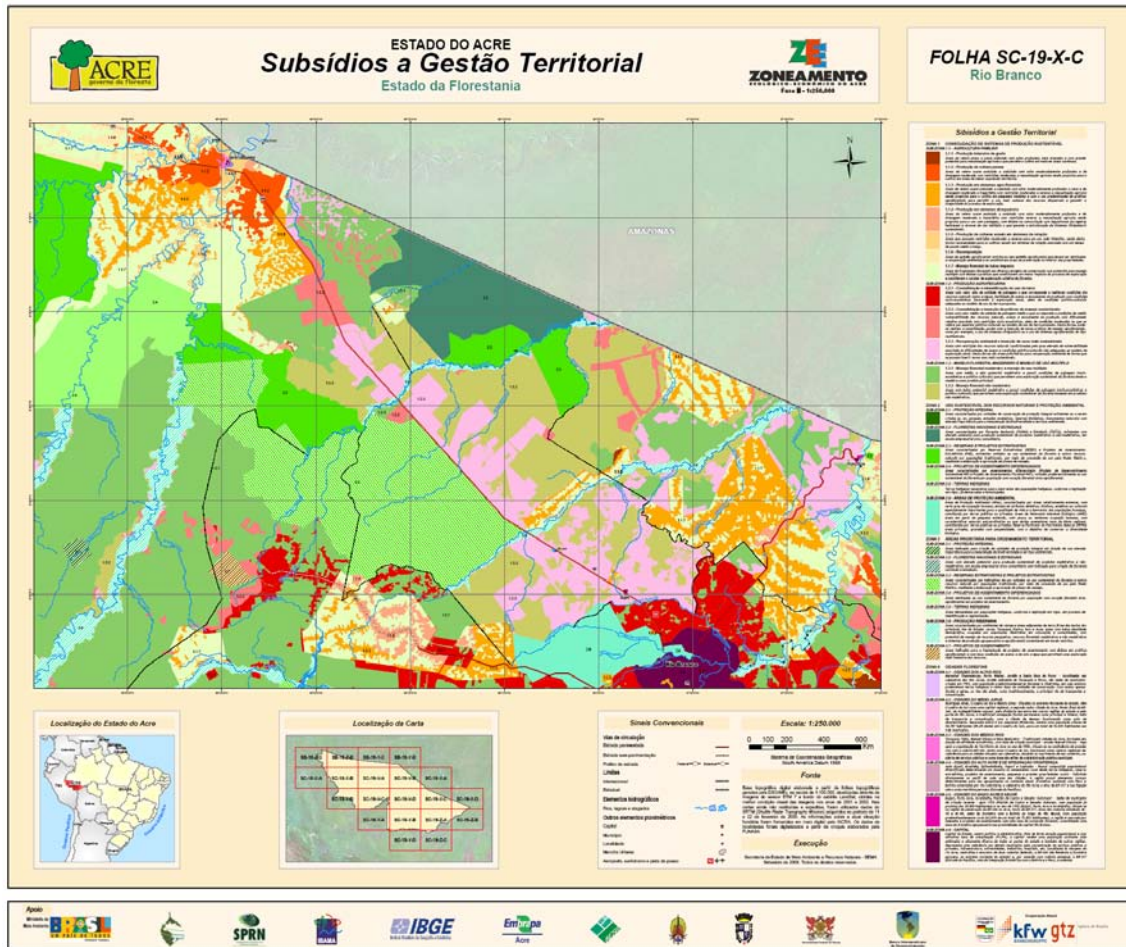
- ✓ APRESENTAÇÃO
 - (Incorporar processo participativo, diferencial I e II)
- ✓ INTRODUÇÃO: PROCESSO DE OCUPAÇÃO
 - PARTE 1: RECURSOS NATURAIS E USO DA TERRA
 - 1.GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA
 - 2.SOLOS
 - 3.VEGETAÇÃO
 - 4.BIODIVERSIDADE
 - 5.BACIAS HIDROGRÁFICAS
 - 6.USO ATUAL DA TERRA
 - 7.DESMATAMENTO E QUEIMADAS
 - 8. PASSIVOS FLORESTAIS (Diagnóstico)
 - 9.VULNERABILIDADE AMBIENTAL
 - 10.UNIDADES DE PAISAGENS BIOFÍSICAS
 - ✓ PARTE 2: SÓCIO-ECONOMIA
 - 1. ECONOMIA
 - 2. INFRA-ESTRUTURA
 - 3. PRODUÇÃO FLORESTAL/PRODUTOS DA FLORESTA
 - 4. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
 - 5.POPULAÇÃO
 - 6. DOMÍNIO E USO DAS TERRAS E FLORESTAS (entra os conflitos atuais)
 - 7. INDICADORES
 - ✓ PARTE 3: CULTURA, GESTÃO E PERCEPÇÃO SOCIAL
 - 1.PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E NATURAIS
 - 2.TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E RELAÇÃO DE PODER
 - 3.GESTÃO TERRITORIAL
 - TERRAS INDÍGENAS
 - RESERVAS EXTRATIVISTAS
 - FLORESTAS DE PRODUÇÃO
 - ASSENTAMENTOS
 - INCOMPATIBILIDADES LEGAIS
 - SEANP (Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas)
 - 4. PLANEJAMENTO E POLITICA AMBIENTAL
 - DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL
 - GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA
 - INTEGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA
 - ORIENTAÇÕES ESTRATÉGIAS PARA OS PASSIVOS FLORESTAIS
 - 5.PERCEPÇÃO SOCIAL
 - Visão de presente e futuro
 - Perfil de participantes das oficinas
 - ✓ PARTE 4: GESTÃO DO TERRITÓRIO
 - 1. Metodologia
 - 2. Descrição das zonas
 - Diretrizes de uso
 - propostas de implementação

- Orientações estratégicas do passivo florestal
- Incompatibilidades legais

✓ CONCLUSÃO GERAL

2. Mapas em formato A0 (90x100 cm)

20 cartas do mapa de gestão na escala de 1:250.000 e mapas temáticos (aptidão agroflorestal, vegetação, potencial florestal, uso da terra, fundiário, (político, núcleos populacionais, infraestrutura), percepção da sociedade)



3. CD Documento final

CD contendo o documento síntese e todos os mapas estruturados no âmbito do ZEE Fase II.

Mapas a serem inseridos:

- Recursos Naturais
 - 1. Solos
 - 2. Aptidão agroflorestal
 - 3. Vegetação
 - 4. Potencial Madeireiro
 - 5. Potencial Não-madeireiro
 - 6. Geologia
 - 7. Geomorfologia
 - 8. Vulnerabilidade
- Sócio-economia

- 9. Uso da Terra
- 10. Demografia e núcleos populacionais
- 11. Indicadores
- 12. Estrutura fundiária
- Cultural-Político
 - 13. Patrimônios históricos e naturais
 - 14. Percepção da sociedade
 - 15. Diversidade sócio-cultural, território e territorialidade

4. CD Cadernos temático

CD contendo 10 cadernos temáticos com temas relevantes para o Estado do Acre.

Temas:

- 1. Metodologias do ZEE Fase II do Estado do Acre*
- 2. Biodiversidade*
- 3. Solos e Aptidão agroflorestal*
- 4. Uso da terra, desmatamento e queimadas*
- 5. Estrutura fundiária, conflitos sócio-ambientais (Sistemas Estadual de Áreas Naturais Protegidas)*
- 6. Trajetórias acreanas, territórios e territorialidades*
- 7. Produção florestal e agropecuária.*
- 8. Percepção ambiental: visão de presente e futuro*
- 9. Indicadores sócio-ambientais*
- 10. Populações e terras indígenas*

5. Jogos Ambientais

10 jogos ambientais com os seguintes temas:

*Queimadas
Caça
Floresta
Água
Cidades
Solo
Desmatamento
Biodiversidade
Conservação
Uso da terra*



perguntas e respostas

Pensei em colocarmos aqui neste espaço um breve resumo das principais regras deste jogo e de sua importância. Pensei em colocarmos aqui neste espaço um breve resumo das principais regras deste jogo e de sua importância. Pensei em colocarmos aqui neste espaço um breve resumo das principais regras deste jogo e de sua importância. Pensei em colocarmos aqui neste espaço um breve resumo das principais regras deste jogo e de sua importância.

fim	[Red Paper]	[Green Paper]	[Purple Paper]	[Orange Paper]	[Blue Paper]	[Yellow Paper]
	←	←	←	←	←	←
	→	→	→	→	→	→
	←	←	←	←	←	←
	→	→	→	→	→	→
	←	←	←	←	←	←
	→	→	→	→	→	→
início						
	ciudades	floresta	cultura	economia	historia	gastronomia



6. CD Questões Ambientais

Um CD estruturado utilizando a técnica de perguntas gradativas se baseia no uso de imagens (fotos, desenhos, gráficos) ou textos sobre os quais são feitas perguntas gradativas, numa seqüência tal que, à semelhança da instrução programada, as questões seguintes, de certa forma, ajudam a aferir a resposta anterior.

Essa técnica se presta particularmente ao estudo ou leitura de ambientes, onde o inter-relacionamento dos recursos e condições do ambiente com os organismos e processos produtivos criam um rico material para reflexões.

Hoje, mais do que nunca, há uma grande necessidade de as decisões serem pautadas pelo não esquecimento de fatores importante; de não tomar medidas aparentemente certas, num contexto restrito, mas danosas no mundo real. O pensamento ecológico, as idéias de sustentabilidade, gerenciamento ambiental etc. realçam sobremaneira a necessidade de associação de idéias; mas apenas realçam, já que a interdependência é a lei do universo (Emmanuel) e essa necessidade a tudo se aplica. É até provável que nunca se alcance uma associação de idéias plena dentro dos cânones científicos atuais. Poder-se-ia pensar, como por exemplo, que o sistema do pequeno agricultor é um dos mais complexos, e a associação de todos os fatos pertinentes para tomada de decisões transcendem aquilo que pode ser alcançado pelos métodos científicos formais. Nesse sistema, para dar senso de balanço e de harmonia às variáveis, ajustando decisões às situações de contexto, há necessidade do máximo de associação de idéias no sentido formal, de saber, mas mais ainda de sabedoria.

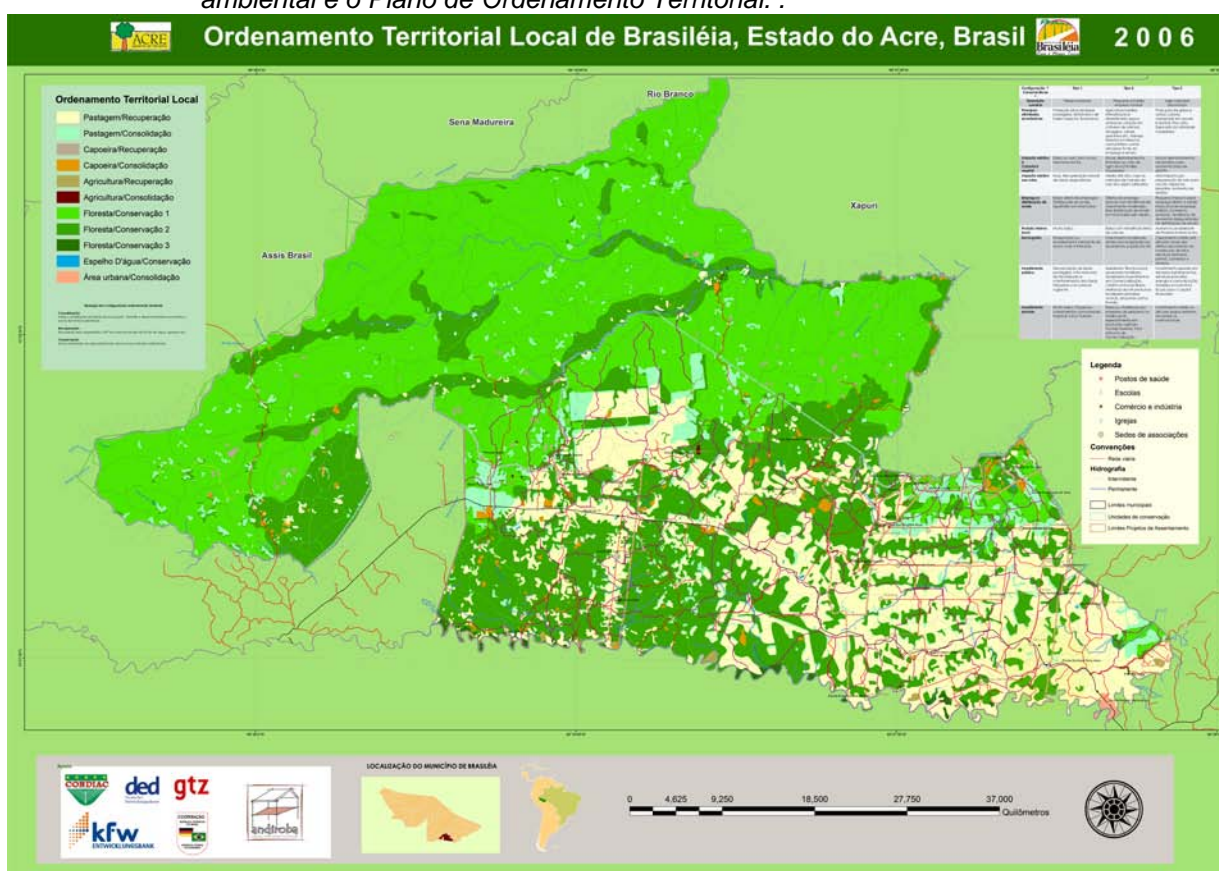
Os modelos explicativos de fenômenos e processos naturais serão sistematizadas as pranchetas em sete grandes assuntos temáticos: **ÁGUA, COR, FORMA, HOMEM, NUTRIENTES, ORGANISMOS E RADIAÇÃO**, de forma a permitir ao usuário uma pré-seleção do assunto de seu interesse.

7. Livro Questões Ambientais

Será estruturado um livro com todas as pranchetas auto-instrutivas em sete grandes assuntos temáticos: **ÁGUA, COR, FORMA, HOMEM, NUTRIENTES, ORGANISMOS E RADIAÇÃO**, de forma a permitir ao usuário uma pré-seleção do assunto de seu interesse.

8. Ordenamento Territorial Local de Brasiléia (OTL)

Será estruturado um CD contendo o manual metodológico do OTL de Brasiléia¹. Juntamente com este manual será estruturado um Atlas sócio-ambiental e o Plano de Ordenamento Territorial. .



9. Zoneamento Econômico, Ambiental Social e Cultural de Rio Branco - ZEAS

10. Etnozoneamento em Terras Indígenas

Será estruturado em CD contendo o documento síntese das 6 (seis) Terras Indígenas (TI Mamoadate, TI Colônia 27, TI Gregório, TI Katukina/Kaximawa de Feijó, TI Caeté e TI Igarapé do Caucho) e respectivos mapas temáticos. Um CD didático com a metodologia aplicada na terra indígena Mamoadate e um livro aprendendo com a natureza de autoria indígena.

¹ Esta metodologia será replicada na regional do Alto Acre e Capixaba a partir de 2007.

